



SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança e educação são os destaques na pauta da semana

Pedro França/Agência Senado — 12/7/2017



Garibaldi Alves, João Alberto, Eunício Oliveira e Eduardo Amorim: propostas sobre Justiça Eleitoral e profissão de protesista também estão na pauta

Senadores devem avaliar verba orçamentária para combate à violência, aulas sobre alimentação saudável e estrutura de bibliotecas

Projetos sobre segurança pública e educação devem ser votados em Plenário nesta semana. Está na pauta proposta que proíbe a limitação de empenho de movimentação financeira dos recursos destinados à segurança pública no Orçamento da União. Os senadores também devem votar projeto sobre a inclusão dos temas educação alimentar e nutricional nos currículos dos ensinos fundamental e médio. Outro texto estabelece uma série de medidas que buscam incentivar a implantação de bibliotecas de qualidade nas escolas do país. **3**

Projeto cria vagas em colônias agrícolas para desafogar presídios

Está pronta para votação final na Comissão de Constituição e Justiça proposta com o objetivo de criar mais de 62 mil vagas no sistema prisional brasileiro. O texto prevê a construção de colônias agrícolas e industriais em municípios com mais de 500 mil habitantes. **3**

Comissão analisará MP que libera R\$ 1,2 bilhão para intervenção no RJ

A medida que abre crédito extraordinário de R\$ 1,2 bilhão no Orçamento Fiscal da União para custear as ações da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, na área de segurança pública, foi publicada no *Diário Oficial* na semana passada. A MP será agora analisada por uma comissão mista. **3**

Inquéritos policiais poderão ser feitos em meio eletrônico

A Comissão de Constituição e Justiça analisa projeto determinando que o inquérito policial seja eletrônico, com assinaturas digitais, e armazenado em um sistema informatizado de âmbito nacional. Se aprovado no colegiado, onde aguarda a designação de relator, o texto deve seguir para a Câmara. **3**

Audiência debaterá efeitos do teto de gastos na segurança

A Comissão de Direitos Humanos faz hoje uma audiência pública para debater como o teto de gastos públicos influencia na segurança pública. A discussão também vai tratar dos efeitos da Emenda 95 na saúde pública. A audiência foi pedida pelo senador Paulo Paim. **4**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Representante dos conselhos tutelares fala em audiência pública coordenada por Paulo Paim (C)

Debate expõe desafios na elucidação de casos de crianças desaparecidas

A falta de um cadastro nacional unificado e atualizado sobre crianças desaparecidas compromete o enfrentamento do problema no país, que registra cerca de 50 mil casos a cada ano, afirmou representante do Conselho Federal de Medicina em uma audiência pública promovida

pela Comissão de Direitos Humanos na sexta-feira.

A falta de estrutura para a atuação dos conselhos tutelares foi outro problema abordado no debate, que também discutiu estratégias de combate ao tráfico e abuso sexual de crianças e adolescentes. **4**

Governo pode não cumprir regra de ouro, aponta estudo da IFI

Estudo da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado, avalia que o governo terá dificuldades para cumprir norma que proíbe endividamento para pagar despesas correntes. Pela regra de ouro, o Estado não pode pegar dinheiro emprestado para cobrir gastos como salário de servidores e contas de luz. O estudo mostra que, se não fossem receitas atípicas, como adiantamentos do BNDES, a regra estaria sendo descumprida desde 2005, sobretudo a partir de 2014. A IFI avalia também que, pelo cenário atual, é provável que o descumprimento continue nos próximos anos, o que pode até gerar processo por crime de responsabilidade. **2**



Divulgação BNDES

Adiantamentos do BNDES são uma das receitas que têm ajudado contas do governo, afirma IFI

Governo terá dificuldade para cumprir regra de ouro, diz IFI

Norma proíbe endividamento do Estado para pagamento de despesas correntes, como salários de servidores. Segundo estudo, desafio segue pelos próximos anos e pode gerar crime de responsabilidade

A INSTITUIÇÃO FISCAL Independente (IFI), órgão do Senado, projeta que o Brasil terá dificuldades para cumprir a chamada regra de ouro das contas públicas até 2024. Trata-se de uma norma da Constituição que proíbe a União de se endividar para cobrir gastos correntes, ou seja, o governo não pode contrair empréstimos para pagar, por exemplo, salário dos servidores ou contas de energia e telefone.

Conforme simulações feitas pela IFI no estudo *Regra de Ouro no Brasil: balanços e desafios*, a insuficiência de recursos para cumprimento da regra de ouro em 2018 seria de R\$ 68 bilhões, podendo chegar a R\$ 115 bilhões em 2021, o maior nível da série iniciada em 2014.

Não fossem fontes financeiras e receitas atípicas, como adiantamentos do BNDES e o lucro do Banco Central, a regra estaria sendo descumprida desde 2005, sobretudo a partir de 2014, conforme o documento elaborado pelo diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, o analista Daniel Couri e os diretores do órgão Rodrigo Orair e Gabriel Leal Barros:

“Não somente o cumprimento da regra de ouro vem dependendo fortemente das receitas e despesas financeiras, como o cenário mais factível é que essa situação se perpetue



Recursos atípicos, como do BNDES, têm ajudado a quitar contas federais

pelos próximos anos”, aponta o estudo.

Desafios

Segundo a IFI, a possibilidade de descumprimento da regra de ouro, que pode levar o presidente a responder a um processo por crime de responsabilidade, impõe um conjunto de desafios.

“Os desafios de curto prazo estão relacionados aos obstáculos legais e operacionais para o governo dar prosseguimento a um conjunto de medidas, já em curso em 2018, para ampliar suas disponibilidades de caixa não vinculadas (via cancelamento de restos a pagar ou desvinculação de fontes de recursos) e também para contar com fontes de fundos públicos que seriam extintos”, escrevem os analistas.

Porém, segundo eles, esse tipo de estratégia emergencial

não resolve os obstáculos mais estruturais. A regra de ouro, avalia a IFI, usa definição muito abrangente para as despesas de capital (não correntes), o que abre espaço para que o cumprimento ocorra mesmo quando o fluxo de operações de crédito cresce muito acima dos investimentos públicos.

Os desafios estruturais estão, segundo o estudo, relacionados ao equacionamento do elevado déficit corrente do governo federal, que, segundo cálculos mais aderentes ao conceito internacionalmente aceito, aproximou-se de -6,9% do PIB, em 2017.

Apesar de precisar de ajustes, a regra de ouro é a única regra fiscal que mostra preocupação com a qualidade do gasto público, de acordo com a IFI.

Veja a íntegra do estudo da IFI em: bit.ly/IFEstudo5

Paim: prisão visa impedir Lula de concorrer à Presidência

O ataque à democracia, que culminou com o pedido de prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, começou quando a ex-presidente Dilma Rousseff sofreu o impeachment, disse Paulo Paim (PT-RS) na sexta-feira. Na opinião do senador, a falta de respeito ao prazo processual para a emissão do mandado de prisão visa impossibilitar que o ex-presidente registre candidatura.

— Em todas as pesquisas de opinião ele está em primeiro lugar. Digo isso pois o processo não está esgotado. Ou seja, a análise dos embargos não foi findada.

Requião diz que a esperança do país não pode ser presa

Encarcerar Lula é encarcerar a esperança brasileira e isso não pode ocorrer, disse Roberto Requião (PMDB-PR). Ele protestou na sexta-feira contra a ordem de prisão expedida pelo juiz Sérgio Moro e contra a decisão do Supremo Tribunal Federal de negar o habeas corpus, permitindo a prisão de Lula e abrindo caminho para o “entreguismo” do país ao capital financeiro.

— Não é o Lula que querem prender, é o Brasil. Querem encarcerar a soberania, inviabilizar os direitos, a serviço do capital financeiro.



Roque de Sid/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Teto de gastos
9h Audiência interativa sobre segurança, com foco na saúde pública e impactos da Emenda Constitucional 95, cujo tema é o teto dos gastos no serviço público.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
14h Discursos e avisos da Mesa.

CSE Economia nacional
18h Audiência interativa para debater os rumos da economia brasileira.

CI Verba para transportes coletivos
9h Entre 17 itens, o PLS 11/2013, que destina recursos da Cide para projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos.

CDH Desmatamento Zero
9h30 Audiência interativa para debater papel do Desmatamento Zero para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil.

CAE Presidente do Banco Central
10h Audiência interativa com o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, para discutir diretrizes e perspectivas da política monetária.

CE Formação de professores
11h Audiência interativa para debater formação de professores.

CRA Fábricas de fertilizantes
11h Audiência interativa para debater possibilidade de fechamento de fábricas de fertilizantes da Petrobras em Sergipe e Bahia. Foram convidados, entre outros, o ministro da Agricultura, o presidente da Petrobras e os governadores da Bahia e de Sergipe.

CMA Transgênicos
11h30 Na pauta de 13 itens, o PLC 34/2015, que desobriga os rótulos de alimentos de informar a presença de produtos transgênicos quando isso representar menos de 1% da composição.

CCT Serviços de telefônicas
14h30 O PLS 662/2011, que obriga telefônicas a dar informações mais claras sobre serviços, é um dos 28 itens.

MP 810/2017 Setor de informática
14h30 Análise do relatório.

MP 817/2018 Servidor de ex-territórios
14h30 Análise do relatório.

QUARTA

MP 820/2018 Imigrantes da Venezuela
14h30 A comissão da medida provisória sobre assistência a imigrantes da Venezuela analisa plano de trabalho.

MP 811/2017 Petróleo do pré-sal
15h Análise do relatório da MP sobre a venda do petróleo do pré-sal da União.

CAS Planos de saúde
9h O PLS 433/2011, que muda regras de rescisão contratual por inadimplência dos contratos de planos de saúde, é um dos 16 itens da pauta.

CDR/CE Rádio comunitária e Ecad
9h Audiência pública conjunta para debater a isenção, para as rádios comunitárias, de pagamento de taxas ao Ecad.

CCJ Indicado ao CNJ
10h Sabatina de Humberto Eustáquio S. Martins, indicado ao CNJ. Na sequência, a comissão avalia, entre outros 25 itens, o PLS 157/2016, que aumenta a pena do crime de evasão mediante violência.

MP 819/2018 Doação à Palestina
10h Continuação da análise do relatório da MP que trata da doação de recursos ao Estado da Palestina.

MP 818/2018 Regiões metropolitanas
14h Audiência pública debate a MP que amplia o prazo para criação de planos de desenvolvimento urbano integrado.

CÓDIGO COMERCIAL Audiência
14h30 Comissão faz audiência interativa para discutir processo empresarial, função social da empresa e operações societárias.

MP 813/2017 PIS/Pasep
14h30 Análise do relatório da MP sobre saques do PIS/Pasep.

MP 814/2017 Eletrobras
14h30 Avaliação de emendas apresentadas à medida provisória que permite a privatização da Eletrobras.

MP 821/2018 Ministério da Segurança
15h30 A comissão de análise da MP que criou o Ministério da Segurança Pública avalia plano de trabalho.

CE Nova universidade
19h A Comissão de Educação faz seminário em Rondonópolis (MT) para discutir a implantação e a gestão da Universidade Federal de Rondonópolis.

SEXTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Pauta tem projetos para educação e segurança

Uma das propostas, que deve receber urgência, proíbe a limitação de empenho de movimentação financeira dos recursos orçamentários destinados ao combate à violência

A PAUTA DO Plenário desta semana tem projetos voltados para a segurança pública e para a educação. Poderá ser votado o projeto que proíbe a limitação de empenho de movimentação financeira dos recursos destinados à segurança pública no Orçamento da União (PLS 90/2007 — Complementar).

Na semana passada, foi aprovado o regime de urgência para o projeto. A proposta é de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e tramitava em conjunto com outros projetos de teor semelhante. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou a importância de dar urgência à proposta, uma vez que o Senado tem se preocupado com a pauta de segurança pública.

— Aprovar neste momento um projeto que proíbe contingenciamento em uma área tão sensível a todos os brasileiros como é a segurança pública é importante para que a gente possa dar a condição de que o



Plenário deve votar projetos sobre aulas de educação alimentar e estrutura de bibliotecas nas escolas

Brasil volte a ter tranquilidade — defendeu Eunício.

Também constam da pauta do Plenário dois projetos sobre educação. O PLC 102/2017 determina que os currículos dos ensinamentos fundamental e médio terão que incluir os assuntos

educação alimentar e nutricional nas disciplinas de ciências e biologia, respectivamente. A intenção é reduzir a obesidade infantil e assegurar aos alunos informações sobre alimentação saudável.

O outro projeto (PLC

28/2012) estabelece uma série de medidas que buscam incentivar a implantação de bibliotecas de qualidade nas escolas do país. O texto estabelece que as bibliotecas das escolas de educação básica deverão ter o mínimo de 80

metros quadrados e ter equipamentos de acessibilidade, conforto térmico e acústico, além de iluminação adequada.

Acervo

O texto exige que as bibliotecas tenham condicionador de ar, um projetor, dois computadores com acesso à internet, duas impressoras e dois estabilizadores de corrente elétrica. O mobiliário deverá ser pensado tanto para crianças como para adultos e terá de ser adequado para o armazenamento do acervo. O projeto ainda estabelece critérios de infraestrutura e de qualidade do acervo para a avaliação da biblioteca.

Os senadores poderão ainda votar o projeto que estabelece a competência da Justiça Eleitoral para julgar ações que versem sobre a validade de atos intrapartidários (PLS 181/2017) e o que regulamenta a profissão de protesista ortopédico (PLC 121/2015).

Comissão deve votar proposta para criar vagas e aliviar superlotação de presídios

Mais de 62 mil vagas poderão ser criadas no sistema prisional brasileiro. Essa é a meta traçada em projeto de Eduardo Braga (PMDB-AM).

O PLS 63/2018 prevê a construção de colônias agrícolas e industriais em municípios com mais de 500 mil habitantes. A proposta tem relatório favorável de Valdir Raupp (PMDB-RO) e está pronta para votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As novas vagas prisionais deverão ser destinadas exclusivamente ao cumprimento de pena privativa de liberdade

por condenados do regime semiaberto envolvidos em crimes cometidos sem violência ou grave ameaça.

Os condenados pelos mesmos tipos de crimes, mas em regime fechado, poderão ser transferidos para as colônias quando progredirem para o regime semiaberto.

Para viabilizar a medida, o PLS 63/2018 determina o repasse, mediante convênio, de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos estados. Esse seria o ponto de partida para a construção — até 31 de dezembro de 2020 — de colônias agrícolas

ou industriais em municípios com mais de 500 mil habitantes. O número total de vagas nessas unidades prisionais deverá corresponder, no mínimo, a 0,1% da população do município.

A estimativa de criação de novas 62 mil vagas no sistema prisional foi apresentada por Braga na justificativa do projeto. Além de ajudar a desafogar os presídios brasileiros, mais duas vantagens foram assinaladas pelo autor do PLS 63/2018. “Os condenados terão uma oportunidade de reinserção no mercado de trabalho e de ressocialização, por

meio do trabalho agrícola ou industrial remunerado. Além disso, evita-se que presos de menor periculosidade tenham contato com presos de maior periculosidade. As colônias, enfim, não serão ‘universidades do crime’”, resume Braga.

Para o relator da proposta, a perspectiva de criação dessas 62 mil novas vagas “é um passo importantíssimo e imprescindível para desafogar o sistema prisional”.

“Além disso, o projeto possibilita que o cumprimento de pena no regime semiaberto ocorra em condições dignas, em que o preso se ocupa

com trabalho, o que tende a facilitar sua reinserção social”, acrescenta Raupp.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), o Brasil possuía, em junho de 2016, 726.712 pessoas privadas de liberdade. Esse contingente excedia a capacidade do sistema em 358.663 presos (mais de 50%).

Como tramita em caráter final, se for aprovado pela CCJ e não houver recurso para que seja votado pelo Plenário do Senado, o PLS 63/2018 seguirá direto para a Câmara dos Deputados

Medida destina R\$ 1,2 bilhão para intervenção no RJ

O Congresso vai analisar a medida provisória que abre, no Orçamento Fiscal da União, crédito extraordinário no valor de R\$ 1,2 bilhão para custear as ações da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, na área de segurança pública. De acordo com a MP 825/2018, publicada no *Diário Oficial da União* de quarta-feira, os recursos decorrem de cortes no orçamento de ministérios e órgãos do Executivo (R\$ 1 bilhão) e da Câmara dos Deputados (R\$ 200 milhões).

A MP será analisada por uma comissão mista. Se aprovada, seguirá para discussão e votação nos Plenários da Câmara e do Senado. A medida dá suporte ao decreto assinado pelo presidente Michel Temer, já aprovado pelo Congresso,

que estabelece a intervenção federal no Rio de Janeiro. O objetivo é acabar com o comprometimento da ordem pública do estado.

Para comandar a operação, foi designado como interventor o general Walter Souza Braga Netto. O interventor é subordinado ao presidente da República e não estará sujeito às normas estaduais que conflitam com as medidas necessárias à execução da intervenção, podendo requisitar os recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do estado necessários ao objetivo.

A Câmara acompanha a intervenção por meio de uma comissão externa, responsável por analisar o planejamento, a execução e os desdobramen-

tos da ação militar no Rio de Janeiro.

Os trabalhos do grupo, composto por 42 integrantes, são coordenados pelo deputado Hugo Leal (PSB-RJ) e relatados pela deputada Laura Carneiro (DEM-RJ).

A Casa também criou o Observatório Legislativo da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro (Olerj) para promover a cooperação entre a Câmara, órgãos e entidades federais, estaduais e municipais e a população. Outro objetivo é garantir a transparência das ações e dos resultados decorrentes da intervenção.

Formado por servidores, o observatório funcionará até janeiro de 2019.

Da Agência Câmara

Inquérito policial poderá ser feito e armazenado eletronicamente

Começa a tramitar no Senado proposta que determina que o inquérito policial seja eletrônico, com assinaturas digitais, e armazenado em um sistema informatizado único de âmbito nacional. A intenção do PLS 128/2018 é facilitar o registro, o cruzamento e o processamento de informações nas investigações policiais. O texto terá análise final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda a designação de relator. Se aprovado, deve seguir para a Câmara.

O projeto, de Elmano Férrer (PMDB-PI), altera o Código de Processo Penal. Hoje, as peças de um inquérito policial devem ser escritas ou dati-

lografadas e rubricadas pela autoridade. Segundo Elmano, a proposta busca remediar um anacronismo, acabar com a cultura do papel e a relutância à modernização.

“Queremos contribuir para dar mais celeridade, economia e eficiência ao trabalho da Polícia Federal e das polícias civis, e especialmente, para melhorar a articulação e o intercâmbio de dados entre elas”, justifica. As polícias investigativas, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Judiciário terão prazo de um ano após aprovada a lei para aderir ao sistema eletrônico. A digitalização valerá apenas para os documentos feitos após a publicação da lei.

Debate alerta para desaparecimento de crianças

Falta de cadastro unificado e subnotificação comprometem elucidação de casos, que somam 50 mil ao ano no país, disse em debate integrante do Conselho Federal de Medicina

O ÍNDICE DE desaparecimento de crianças e adolescentes no mundo vem se elevando a uma taxa superior a 10% ao ano. Só no Brasil, são registrados 50 mil casos anualmente. O alerta foi feito pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH), na sexta-feira. A audiência, pedida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), debateu o desaparecimento, o tráfico e o abuso sexual de jovens.

Desde 2011 o CFM desenvolve uma campanha nacional de combate ao problema (veja quadro). Integrante do conselho, o pediatra Fernando Maia Vinagre lamentou o fato de diversos países, inclusive o Brasil, não contarem com um cadastro unificado e com informações atualizadas, o que dificulta a obtenção de estatísticas precisas sobre desaparecimentos de crianças.

A subnotificação, segundo ele, é outro problema grave. Por isso, afirma, a entidade defende a notificação compulsória dos casos e a atualização do cadastro de desaparecidos pelo Ministério da Justiça.

Registro imediato

A diretora do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, Adriana Regina da Costa, lembrou que o registro de desaparecimento de menores de 18 anos deve ser feito de forma imediata para facilitar o trabalho de investigação policial, para que as buscas possam ser iniciadas o mais rápido possível.

— Não existe esse mito de que se tem de aguardar 24 horas para se comunicar à polícia. A busca é imediata, e não após 24 horas como muitos acreditam — alertou.

Conforme os especialistas que participaram da audiência pública, conflitos familia-



Paim (C) coordena audiência da Comissão de Direitos Humanos para discutir enfrentamento a desaparecimentos, tráfico e abuso sexual de crianças

res, uso de drogas ou álcool, maus-tratos e abuso sexual estão entre os principais problemas que motivam os desaparecimentos.

O representante do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares, Júlio Fontoura, reclamou da falta de condições de trabalho dos profissionais em todo o Brasil. Segundo ele, por serem obrigados a fazer tarefas que são da polícia e até do oficial de justiça, os conselheiros ganharam a imagem de opressores.

— Depois de 28 anos de criação do ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente], ainda não se tem clareza do papel dos conselhos. Os conselheiros não estão aí para reprimir, mas para ajudar e zelar por direitos. É preciso haver confiança no papel do profissional. O papel de conselho tutelar não é de polícia, é de prevenção e apoio social — afirmou.

Homenagem

No fim da reunião, Paulo Paim apresentou proposta de criação de uma honraria a ser concedida anualmente a cinco pessoas (físicas ou jurídicas) que se destaquem na luta contra a violência infantil.

A homenagem levará o nome de Naiara Soares Gomes, criança de 7 anos que foi estuprada e morta no dia 9 de março, depois de ter sido raptada quando caminhava para a escola em Caxias do Sul (RS). O corpo da garota só foi achado 13 dias depois num matagal de uma região pouco habitada da cidade gaúcha.

O caso comoveu a cidade e, conforme Paim, foi tão chocante que até mesmo policiais experientes se emocionaram quando encontraram o corpo da menina, visto que ainda havia esperança de que ela fosse achada com vida.

Campanha

O senador informou ainda que, entre as providências a serem tomadas pela CDH após o debate, está um pedido à CBF para que permita o uso de espaço nos estádios para exibição de imagens de crianças desaparecidas.

Paim garantiu também que a comissão vai atuar na defesa das atribuições dos conselhos tutelares. Outra iniciativa do colegiado será elaborar um projeto de lei para maior controle da propaganda comercial destinada a crianças e adolescentes, disse o senador.

Cinco pontos defendidos pela campanha Crianças Desaparecidas, do CFM

Notificação compulsória	Todos os boletins de ocorrência com registro de desaparecimento de crianças e adolescentes devem ser notificados obrigatoriamente ao Ministério da Justiça, por meio eletrônico, acompanhados de foto do desaparecido. As informações devem disponibilizar em site específico.
Atualização de cadastro	O Ministério da Justiça deve manter atualizado diariamente o site e divulgar campanha permanente de prevenção a desaparecimentos de crianças e adolescentes.
RG nas maternidades	Todo recém-nascido deve ter seu registro de identidade expedido na maternidade ou nos postos de vacinação.
Unificação da numeração	A numeração das carteiras de identidade deve contar em caráter nacional de um sistema alfa numérico único. Esse pleito foi atendido por meio da aprovação de lei pelo Congresso Nacional.
Alertas regionais	Criar um sistema, nos moldes do norte-americano Alerta Amber, que espalhará a notícia rapidamente sempre que uma criança for sequestrada e estiver correndo risco.

Recomendações aos pais

Desde cedo, ensine a criança o nome completo do pai e da mãe.
Tire o RG (Registro de Identidade Civil) da criança o quanto antes.
Orienta a criança a não dar informações a qualquer estranho que se aproxime, nem a receber balas, doces ou brinquedos de pessoas desconhecidas.
Fique atento e acompanhe sempre os filhos no uso da internet.
Nunca autorize a criança a brincar na rua sem a supervisão de um adulto conhecido.

Números alarmantes

No Brasil são registrados, em média, 50 mil casos de desaparecimentos de crianças e adolescentes por ano. Estima-se ainda que quase 250 mil estejam desaparecidos no país.
Ainda que a maioria dos desaparecimentos seja solucionada nas primeiras 48 horas, existe um percentual de 15% a 20% de crianças e adolescentes que não são encontrados por longo período de tempo.
Dados apontam a estimativa de 25 milhões de desaparecimentos no mundo (ONU).
Dados publicados em junho de 2016, pelo Observatório Romano, declaram 46 milhões de homens, mulheres e crianças traficados para trabalho escravo e (ou) prostituição.

Fonte: Conselho Federal de Medicina

Comissão debate hoje teto de gastos e segurança pública

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje audiência pública sobre os impactos provocados na segurança pública pela Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos públicos por 20 anos. O debate também tratará dos efeitos na saúde pública.

Foram convidados o diretor do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, Carlos Fidelis da Ponte, o coordenador de Cooperação Social da Fiocruz, José Leonídio Santos, a especialista

em segurança internacional Monica Herz e o economista Francisco Menezes.

O debate também contará com representantes da Defensoria Pública Federal, do Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômica (Ibase) e do Conselho Nacional de Direitos Humanos, entre outros. A iniciativa da audiência pública é do senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da CDH.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Senado do Futuro discute rumos da economia

As perspectivas econômicas do Brasil serão debatidas hoje em audiência pública da Comissão Senado do Futuro (CSF). Esse é a terceira das 12 discussões previstas no ciclo de debates do colegiado “2022: o Brasil que queremos”. O objetivo é discutir medidas para o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do país até o ano em que se comemora o bicentenário da Independência. Entre os assuntos para posterior discussão, estão educação, saúde pública e políticas ambientais.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Ge-

ografia e Estatística (IBGE) divulgados no mês passado, o produto interno bruto (PIB) fechou o ano de 2017 com crescimento de 1%, na comparação com 2016. Desde 2015, o resultado era negativo em 3,5%.

Participantes

Para participar, foram convidados o presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Júlio Miragaya; a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), Maria Lucia Fattorelli; o diretor do escritório da Comissão Econômica para

a América Latina e o Caribe em Brasília, Carlos Mussi; e o professor José Luís da Costa Oreiro, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

O requerimento para o debate é do presidente da comissão, senador Hélio José (Pros-DF). A reunião está marcada para às 18h, na sala 13 da Ala Alexandre Costa, no Anexo 2 do Senado. A audiência será interativa, com possibilidade de participação popular.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate